



Diário Notícias

15-01-2012

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Política

Dimensão: 3213

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2 a 5

JOSÉ MARIA RICCIARDI PRESIDENTE DO BES INVESTIMENTO

“Este é o Governo mais corajoso da democracia em Portugal”



ENTREVISTA
PÁGS. 2 A 5

"A função do Estado é a de regulador. O importante é que o Estado seja o árbitro; e não que seja árbitro e, simultaneamente, tenha jogadores numa das equipas. Isso, muitas vezes, até cria enviesamentos graves na concorrência. Criou no passado. Sou absolutamente favorável a que o Estado saia das empresas. Quanto mais depressa melhor. O dinheiro que se receba dessa saída é absolutamente fundamental para acudir às necessidades de tesouraria e, obviamente, para o pagamento da sua dívida"

"Este é o Governo mais corajoso da democracia portuguesa"



João Maria Ricciardi, o presidente do Banco Espírito Santo Investimento (BESI), considerado um dos mais influentes homens de negócios de Portugal, liderou recentemente um grande êxito na privatização na EDP. Foi ele o elo de ligação entre o apetite da China Three Gorges, a vontade do Governo de vender grande parte do capital que ainda detinha e a ambição da companhia elétrica nacional em reunir músculo financeiro para afrontar outros mercados. Neste entrevista, Ricciardi aborda a mediática operação que culminou com a vitória sobre interesses brasileiros e alemães e fala do País, da realidade da banca e, claro, do contentamento por ver renascer a valia futebolística de uma grande paixão: o Sporting Clube de Portugal.

O Governo já assumiu uma derrapagem do défice em 2012, dos 4,5% previstos para 5,4%. O Banco de Portugal prevê uma recessão de 3,1%. Que caminho vê para Portugal nesta situação tão complicada em que, por um lado, há que fazer a consolidação orçamental e, por outro lado, mexer nos mecanismos estruturais da economia? Como olha para este caminho estreito?
 Sempre fui crítico deste programa de assistência financeira. É evidente que os países como Portugal, que estavam a gastar muito mais do que podiam, tinham de arrearçar ca-

minho de uma forma rigorosa e firme. O erro, na minha opinião, está em que este caminho não é possível ser percorrido num espaço de tempo tão curto. A "travagem" é de tal maneira violenta – porque temos de chegar a um défice em 2013 abaixo dos 3% – que provoca um afundamento na economia muito grande, as reformas estruturais não têm o tempo suficiente para porem a economia a crescer! E depois há o risco, devido a essa recessão, de acabar por não se conseguir consolidar as contas como se pretende.

Esse é o diagnóstico. A solução é renegociar prazos mais dilatados com a troika?

A minha opinião de solução para isto é que, mantendo firme um programa de diminuição do défice e de diminuição da dívida, o plano não pode ser feito até 2013. Tem de ser feito para um período mais alargado.

É sua convicção que esse alargamento vai surgir, inevitavelmente, nos próximos meses?

Não tenho essa convicção. Mas temo que se a Europa não entender isto corremos o risco de nos começar a acontecer aquele fenómeno que é as receitas fiscais caírem mais rapidamente do que nós prevíamos e a despesa não cair, porque há mais desemprego e, portanto, é preciso, em termos de subsídio de desemprego, etc., despendermos mais dinheiro. Assim não conseguimos consolidar.

Que opinião tem destes primeiros meses do Governo de Pedro Passos Coelho e das reformas que tem tentado introduzir nos mecanismos da economia portuguesa?

Extremamente positiva. É o Governo mais corajoso desde que se iniciou a democracia em Portugal. Tem estado a tomar medidas difíceis, muito duras, mas absolutamente fundamentais. Ninguém faz tudo bem, mas



A entrevista é gravada a meio da manhã de sexta-feira, no auditório do 'Diário de Notícias', em Lisboa, e José Maria Ricciardi chega a pé, Avenida da Liberdade acima, vindo do local onde trabalha, ali bem perto, na companhia de Paulo Padrão, o responsável da comunicação do grupo

Pede desculpa por duas ou três respostas mais longas, sobretudo quando aborda questões ligadas aos rácios de capital agora exigidos aos bancos pela supervisão nacional e europeia, mas o banqueiro, o técnico, quer que fique bem entendido o seu ponto de vista, que sublinha várias vezes

Antes da conversa, o presidente do BESI visita o nosso Media Lab, projeto por onde passam cerca de 30 mil jovens/ano, e no final aceita passar pela redação do DN, onde fica surpreendido pela tecnologia ao dispor dos jornalistas e pelo aspeto moderno que compara ao que já viu nos EUA

PERFIL

JOSÉ MARIA RICCIARDI

- Tem 57 anos
- É presidente do BES Investimento e administrador do BES
- Licenciado pela Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais da Universidade Católica de Louvain, na Bélgica

está a implementar reformas com a preocupação, que eu espero que continue, de que sejam equitativas, no sentido de que aqueles que mais podem contribuíam mais para este enorme esforço do que aqueles que não podem ou pouco podem. A minha apreciação é extremamente positiva. É evidente que se podem fazer sempre críticas dizendo que os cortes são cegos e que às vezes criam injustiças, mas não havia tempo para fazer cortes mais afinados, reestruturações mais profundas... Não havia tempo! Agora é que é altura de começarmos a reestruturar o Estado de forma mais estruturada.

Estende essa avaliação positiva às medidas que têm sido tomadas, ou não, para relançar a economia portuguesa?

Aí não faço avaliação porque acho que o Governo ainda não teve tempo para isso. O Governo teve de tomar medidas de emergência quando ganhou as eleições. O ano da grande avaliação dessa sua pergunta, que me parece muito importante, é o ano de 2012. Mas quero-lhe dizer que o sucesso desta primeira grande privatização é um bom indicador, ou indicador que dá alguma esperança nesse sentido.

Que apreciação faz do plano de privatizações do Governo?

É absolutamente fundamental, por várias razões. O Estado não deve estar nas empresas. Não faz sentido nenhuma daquelas empresas estar nas mãos do Estado?

Absolutamente! A função do Estado é a de regulador. O importante é que o Estado seja o árbitro; e não que seja árbitro e, simultaneamente, tenha jogadores numa das equipas. Isso, muitas vezes, até cria enviesamentos graves na concorrência. Criou no passado. Sou absolutamente favorável a que o Estado saia das empresas. Quanto mais depressa melhor. O dinheiro que se recebe dessa saída é absolutamente fundamental para acudir às necessidades de tesouraria e, obviamente, para o pagamento da sua dívida.

Esta semana houve uma conferência do Diário de Notícias e o Dr. Ricardo Salgado, líder do BES, tornou claro que, segundo ele, faz muita falta um novo aeroporto em Portugal, com outra capacidade. O próprio bastonário da Ordem dos Engenheiros fez declarações nesse sentido. Entende que vai haver capacidade nos próximos tempos para que Portugal volte ao tema das grandes obras e, sobretudo, as do aeroporto? Capacidade para voltar ao tema das grandes obras, acho que não. Agora, se há alguma grande obra absolutamente fundamental que deve ser feita é o novo aeroporto. Portugal tem, fruto da sua própria história e da sua prática, uma capacidade de ser um grande

“Na EDP ganhou a melhor proposta apesar das pressões”

Na recente operação de privatização de parte do capital da EDP, o principal *financial advisor* foi o Credit Suisse. Qual foi exatamente o papel do BESI?

Não foi o principal *advisor*. Tanto o Banco Espírito Santo de Investimento como o Credit Suisse atuaram exatamente com o mesmo estatuto na assessoria à China Three Gorges na operação de privatização dos 21,5% do Estado português.

Correu bem essa operação?

Muito bem. E foi muito importante para a EDP e para o País.

Que trabalho é que um banco de investimento faz, numa situação destas, para criar as melhores condições para o seu cliente?

A principal parte do trabalho de um banco de investimentos é ajudar a estruturar a proposta de aquisição, de forma a que ela saia vencedora. E isso tem componentes...

(Interrompendo) De lóbi, também?

Antes de irmos a essa questão queria ainda responder-lhe à anterior. Tem componentes relativamente complexas, não só no que diz respeito ao projeto industrial – era preciso apresentar um projeto industrial para o futuro da EDP –, como também em relação a outros aspetos, nomeadamente, e não vamos excluir que é um dos principais, o preço. Em relação ao lóbi, esta palavra tem em Portugal uma conotação sempre um pouco negativa. Quando se começou a falar dos chineses... As pessoas olham sempre com alguma desconfiança, muito mais do que, por exemplo, se for uma empresa brasileira ou alemã. Porque conhecem menos, desconfiam. Uma das funções importantes de um banco de investimento é assessorar e ajudar o preponente, explicar melhor quem é ao que vem.

Porque disse que a vitória do capital chinês era aquela que melhor assegurava a presença de Portugal no euro?

Primeiro, há uma coisa importante que eu gostava de frisar: ganhou a melhor proposta. Às vezes no nosso país nem sempre é isso o que se passa. Como devem imaginar, as pressões foram muito grandes, nomeadamente da Alemanha, e não só... Isso preocupava-nos. Mas ganhou a melhor proposta, e acho que o Governo, nesse aspeto – além de o processo ter sido extremamente transparente –, foi absolutamente corajoso.

Pode ser mais explícito quanto às pressões? Chegámos a ler no *Financial Times* que a senhora Merkel se preocupou pessoalmente com esta operação. É natural, ela está a fazer o seu trabalho, a defender as suas empresas, como nós também temos de defender as nossas. Há um aspeto que não foi devidamente frisado nesta operação, e que é o seguinte: Portugal está com um programa de austeridade duríssimo, e é preciso começarmos a pensar em novo investimento. O que se pas-

sou na EDP vai também originar novo investimento em Portugal.

Tem essa convicção?

Faz parte da proposta! Entre outros aspetos, os chineses vão fazer um investimento numa fábrica de turbinas para as torres eólicas, totalmente virada para a exportação, que vai criar novos postos de trabalho. Essa fábrica vai ser feita por uma empresa chamada Goldwind, a segunda maior produtora destes equipamentos eólicos. Vão surgir muitas outras oportunidades. Não me referindo exclusivamente à China, acho absolutamente

fundamental para o nosso futuro que se consiga neste momento tão difícil investimento novo de zonas do mundo que estão em contracção económica com a Europa. China, Índia...

Brasil?

Brasil e outras economias emergentes que não estão no mesmo ciclo económico dos países europeus. E quero dizer-lhe uma coisa de que muita gente também não teve consciência: o impacto que esta operação teve na própria China. No dia em que foi decidida a operação, no principal telejornal, de *prime time* de meia hora, sempre visto por cerca de um bilhão de telespectadores, nos primeiros dez minutos só se falou desta operação e de Portugal.

Em relação ao capital português na EDP e ao BES: é para manter? Acha importante haver esse núcleo nacional?

Outra das razões por que esta operação ganhou foi porque o Governo português e os decisores consideraram que, do ponto de vista da independência estratégica da EDP, da futura independência estratégica, esta proposta era a que dava mais garantias. E porquê? Por uma razão muito simples: os chineses não estão nada interessados em transformar a EDP numa empresa chinesa, eles querem fazer uma parceria com o conjunto de todos os acionistas, ou, enfim, um número de acionistas alargado, para poderem em conjunto com eles irem para mercados onde está a EDP, como o norte-americano, os Estados Unidos, a América Latina, África e vários países europeus. Para eles, essa parceria facilita-lhes muito mais a entrada nesses mercados do que se fossem exclusivamente uma empresa chinesa.

E na visão do BES essa participação na EDP é para manter?

Claro. A EDP é a maior empresa portuguesa. Vai continuar a sê-lo e, portanto, é muito importante que existam acionistas portugueses em conjunto com outros acionistas estrangeiros – não apenas a China Three Gorges, existem outros, como a empresa de petróleo de Abu Dhabi, a Ipic, a Sonatrach, que é a principal empresa da Argélia, a Caja Astur, que é uma caixa importante espanhola. Todos são acionistas estratégicos da EDP, fazem parte do núcleo duro. Pretendemos manter-nos na EDP.

“Há um aspeto que não foi devidamente frisado nesta operação, e que é o seguinte: Portugal está com um programa de austeridade duríssimo, e é preciso começarmos a pensar em novo investimento. O que se passou na EDP vai também originar novo investimento em Portugal”

Privatizações
O Governo prevê privatizar a REN nas próximas semanas. Seguem-se, ainda este ano, as empresas de transporte TAP, CP Carga, Refer, Carris e Metro de Lisboa.

Traz uma gravata verde e sorri quando ouve a pergunta: “Essa é uma gravata da cor do Sporting?”. Não. “É uma gravata da cor do BES”. ... Quando fala do clube do seu coração diz sempre o nome por extenso: Sporting Clube de Portugal, e conta histórias dessa paixão em ‘off-the-record’

► intermediário, uma ponte entre certas regiões do mundo, nomeadamente entre a Europa e o Atlântico Sul, África e a América Latina. Mas também entre a Ásia e essas regiões, África e América Latina. Para isso, é absolutamente fundamental que tenha uma infraestrutura como o novo aeroporto, que permita ser um verdadeiro *hub*, uma plataforma de distribuição de passageiros para essas regiões do mundo, sejam turistas sejam pessoas na área dos negócios. Ora, o aeroporto de Lisboa foi desenhado para ser um aeroporto de receção de passageiros para Lisboa, não foi desenhado para ser uma plataforma de distribuição. O presidente da TAP explicou-me que a companhia tem quase cem voos por semana para o Brasil, e mais de 70% dos seus passageiros não são portugueses! Se há alguma obra que se conjuga com um aspeto estratégico da economia portuguesa essa é o novo aeroporto de Lisboa. **Nos bastidores, fala-se cada vez mais na iminente saída da Grécia da Zona Euro. Está preocupado com a possibilidade de isso acontecer, por um lado, e, por outro lado, que isso possa vir a fazer implodir a moeda a médio prazo?**

Estou e espero que isso não aconteça. Se os investidores privados aceitarem um conjunto importante de prejuízos na reestruturação da dívida grega – fala-se em valores na casa dos cem bilhões (mil milhões) de euros –, acho que a União Europeia e a Zona Euro, nomeadamente a Alemanha, ainda estará disposta, com condições absolutamente rigorosas, a construir o segundo pacote de assistência financeira à Grécia na casa dos 130 bilhões (mil milhões) de euros. Isso é absolutamente fundamental que aconteça. Como vai haver eleições em abril na Grécia, até lá isto tem de ficar decidido, e os dois grandes partidos gregos, o de direita e o Partido Socialista de esquerda, vão ter de assinar essas condições.

Seria uma tragédia a eventual morte do euro? Para nós, especificamente?

Seria uma tragédia para os gregos, seria muito perigoso para nós. Se a Grécia sair do euro nós ficaremos...

A minha pergunta ia para além disso, ou seja: é possível equacionar o cenário da morte, do desaparecimento do euro?

Não. As consequências no mundo seriam dramáticas. Estamos a passar uma crise, mas não vejo razões para o desaparecimento do euro, de maneira nenhuma.

A *troika*, no pacote de ajuda que destinou a Portugal, incluiu 12 mil milhões de euros para a recapitalização da banca, mas ninguém parece muito interessado. Sabemos que o BES tem estado a fazer o trabalho de casa, mas exclui liminarmente a hipótese de aceder a esse capital?

Não exclui liminarmente pela razão de que seria uma grande pretensão, com a degradação da situação económica e a situação em que estamos, que não venhamos também eventualmente a necessitar de usufruir dessa linha. Acontece que a nossa intenção, como já o referimos várias vezes, e estamos absolutamente convencidos de que o vamos conseguir alcançar, é não necessitar de recorrer a essa linha para a capitalização do nosso grupo financeiro.

Já são conhecidas as exigências, as condições impostas pelo Estado. Acha que elas são excessivas? Estamos perante uma nacionalização encapotada?

Não, agora não. No primeiro formato da proposta de decreto-lei haveria um pouco o risco



dessa interpretação ou de isso se passar. Depois foram feitos os devidos ajustamentos, de forma que agora é muito mais uma capitalização do que uma nacionalização. **O Estado tem na mesma a última palavra em questões como a distribuição de dividendos, por exemplo.**

Isso nunca contestámos. Se olharmos para o exemplo prático da capitalização dos bancos nos EUA depois da falência do Lehman Brothers, em 2008, também veremos que enquanto o dinheiro lá esteve não só não era permitida distribuição de dividendos aos acionistas como as remunerações dos gestores tinham de ficar dentro de certos níveis. Parece-me correto, para os bancos que irão necessitar dessa capitalização, que esse tipo de condições exista. Nunca o contestámos. O que era um pouco mais contestável, e que não se passou nem se vai passar, nem é ideia em todos os países europeus onde venha a existir capitalização por parte dos Estados, é que fosse o Estado a gerir essas instituições. **A banca portuguesa emprestou muito dinheiro ao Estado, a exposição da dívida soberana é, aliás, um dos problemas dos bancos. Os banqueiros estão arrependidos? Foram pressionados pelo anterior Governo para emprestar dinheiro?**

A exposição da dívida soberana não é o problema dos bancos. No caso do Banco Espírito Santo não é problema nenhum!

Falo da banca de uma forma geral. O BES tem uma exposição muito pequena.

Está bem, mas, como o Banco Espírito Santo é um dos principais bancos, gostava de lhe referir esse aspeto. O Banco Espírito Santo não tem qualquer problema com a dívida soberana. Mas a decisão sobre a dívida soberana que se tomou numa das cimeiras da União Europeia foi das maiores asneiras, para não dizer um termo um pouco mais violento, ou das maiores "estupidezes" que alguma vez se fez. Prova que, muitas vezes, os políticos que estão nestas cimeiras não estão acompanhados das pessoas que entendem da atividade financeira e bancária.

A que decisão se refere. A Europa tem tomado muitas decisões.

A decisão de certas carteiras de dívida soberana serem postas a valor de mercado em vez de ficarem só com o seu chamado valor nominal, o seu valor facial.

É um problema para os bancos, de facto.

Não é um problema para os bancos, é um problema para a economia europeia. Vê-se que quem tomou esta medida não entende absolutamente nada do negócio, da atividade financeira. Os bancos sempre tiveram dois tipos de carteiras nas dívidas soberanas. Uma, a carteira de *trading*, para comprar e vender um certo ativo, e aí somos obrigados a ter os ativos a valor de mercado. Portanto, se um determinado ativo – caso de obrigações das

repúblicas ou dos reinos, as dívidas soberanas – tiver uma certa flutuação do seu preço do mercado, os bancos são obrigados a ter esses ativos ao valor de cada dia. Se subir, têm ganhos, se descer têm prejuízos, independentemente de venderem ou não os ativos. E depois há outro livro que se chama – não há um termo português – o *banking book*, a carteira onde os bancos põem ativos a longo prazo que não podem transacionar.

É deixar vencer a maturidade?

Há outra denominação para isto, que é o *held to maturity*, ativos que, quando os bancos os compram, nomeadamente as obrigações, têm de ficar até à sua maturidade. E, nesses ativos, os bancos nunca foram obrigados a incorporar o valor do mercado, a volatilidade do dia a dia dos preços desses ativos. Porque os bancos não podem transacionar esses ativos até à sua maturidade, e, como se pressupõe que na maturidade eles serão pagos, nunca haveria um problema. Para tentar exemplificar melhor: se eu comprar uma obrigação por mil euros, ela pode por questões de vária ordem variar o seu valor de mercado para 900 euros, para 1100, para 950, etc. Mas se eu não a for transacionar a curto prazo e ficar com ela até ao final da sua maturidade, no final têm de me pagar os mil euros da obrigação, além dos juros, como é óbvio. E, portanto, os bancos não eram obrigados a incorporar este valor de mercado. Correto.

“Tenho uma grande paixão pelo Sporting”

José Maria Ricciardi é do Sporting, mais que banqueiro?

Não diria... Bem, estou um pouco dividido. Tenho uma grande paixão pela minha profissão. E, por outro lado,

também tenho uma grande paixão pelo Sporting Clube de Portugal, que, aliás, até é familiar, porque um dos meus tios-avós, irmão da minha avó, era o **José Alvalade!** Coloco estas duas paixões em planos

José Alvalade
Foi o grande impulsor dos primeiros anos do Sporting, do qual foi sócio n.º 1 e fundador e 3.º presidente. No clube jogou futebol, críquete e ténis.

completamente diferentes – uma não é superior à outra.

Se um dia tivesse de escolher entre a presidência do BES e a presidência do Sporting, não saberia qual escolher?

Já uma vez disse que se ser presidente do Sporting é uma honra e um grande privilégio, como também ser presidente do Banco Espírito Santo. São aspetos completamente diferentes que eu não consigo pôr no mesmo plano.

Para mim não é uma alternativa. Mas, para já, não serei nem uma coisa nem outra. É um assunto em que não penso. O que penso, isso sim, e penso-o todos os dias, é na recuperação do Sporting como um clube grande que se recoloca outra vez exatamente ao mesmo nível dos outros dois [Benfica e FC Porto].

Está satisfeito com o que está a acontecer no Sporting?

O trabalho feito até agora é extremamente positivo. Está a conseguir reverter a trajetória dos últimos anos.



“Amizade com Passos Coelho nasceu fora da política”

É amigo do primeiro-ministro?
 Sou. Já conheço o Dr. Pedro Passos Coelho há bastante tempo. Tenho uma grande amizade pessoal por ele – como também penso que é recíproco –, consideração e respeito. Termos uma pessoa com o perfil do Dr. Pedro Passos Coelho à frente do País é, de facto, muito, muito, muito bom.

Tem mais amigos na política ou Pedro Passos Coelho é uma exceção?

Tenho outros amigos na política. Mas quando estabeleci a minha amizade com o Dr. Pedro Passos Coelho ele não estava na política. Não mudo as minhas relações com as pessoas em função das circunstâncias em que elas se encontram: nem sou amigo de pessoas que estão com o poder e depois, quando deixam de estar, deixo de ser, nem ao contrário. É assim que eu

gosto de estar na vida. Quando gosto das pessoas, gosto delas, seja em que lugar estejam. E tenho pena de que muita gente não se comporte assim no nosso país.

Não tendo sido educado para ser banqueiro, como referiu numa entrevista pessoal há três anos, hoje é um banqueiro mediático, que diz de forma clara aquilo que pensa. Ainda assim, com tudo o que vê, ouve e sabe, há coisas que se esforça para não dizer?

(Sorrindo) Eu tenho esta característica de sempre ter tido a tendência de dizer aquilo que penso, e, neste país, como sabe, isso às vezes cria grandes problemas, nomeadamente numa profissão em que há que ter alguma contenção e racionalidade. A profissão de banqueiro, nomeadamente no que diz respeito a gerir dinheiro de outros, é extremamente delicada. Quando gerimos o nosso próprio dinheiro, fazemos o que entendemos, ninguém tem nada a ver com isso; se quisermos fazer as maiores asneiras, fazemos. Agora, quando gerimos o dinheiro das poupanças dos outros, que na maioria dos casos fizeram tantos sacrifícios para terem essas poupanças, é muito importante ter um comportamento discreto e contido. Há com certeza sempre algumas coisas que eu, se calhar, não disse e gostaria de ter dito. Mas não disse por razões imperativas, que poderiam prejudicar a profissão que eu tenho.

Tem inimigos?
 Devo ter!

Li o seu perfil como décimo nono homem mais poderoso do País no Jornal de Negócios. Lá apontam, entre os seus inimigos, o Dr. Balsemão, recordando um texto que publicou no DN há sete anos. Esse era um texto muito duro para o patrão da Impresa nessa altura. Gosta de deixar que o tempo cure as feridas, ou há coisas que não esquece?

Gosto, gosto [que o tempo cure as feridas]. Tenho uma grande consideração pessoal e respeito pelo Dr. Francisco Balsemão. Além de ter tido as maiores responsabilidades no País, é um grande empresário, a quem se deve em Portugal, no que diz respeito à modernização da comunicação social, nomeadamente na televisão e não só, um trabalho absolutamente extraordinário. Tenho enorme admiração e as melhores relações pessoais com o Dr. Francisco Balsemão. Pontualmente, nessa época houve um problema, mas está completamente ultrapassado.

“Não mudo as minhas relações com as pessoas em função das circunstâncias em que elas se encontram: nem sou amigo de pessoas que estão com o poder e depois, quando deixam de estar, deixo de ser, nem ao contrário”



Pinto Balsemão
 Ministro adjunto do primeiro-ministro no VI Governo Constitucional, primeiro-ministro e ministro dos Assuntos Sociais no VII e outra vez chefe do Governo no VIII.

“Se há alguma obra que se conjuga com um aspeto estratégico da economia portuguesa, essa é o novo aeroporto de Lisboa”

“As consequências no mundo seriam dramáticas. Estamos a passar uma crise, mas não vejo razões para o desaparecimento do euro, de maneira nenhuma”

“Os bancos, a certa altura, viraram uma espécie de bombos da festa. Os políticos não cometeram erros nenhuns, não foram incompetentes...”

A supervisão bancária falhou até 2008. Falhou de uma forma global e, em Portugal, de uma forma muito particular, com os casos do BPN e do BPP. Olhando para o Dr. Carlos Costa e o Banco de Portugal, acha que agora essa supervisão está a atuar de forma excessiva?

De fato, a supervisão falhou anteriormente nos casos que evocou, que aliás têm algumas características que podem ser uma atenuante para a falha da supervisão, mas não uma desculpa – são casos de polícia. O que eu acho, e isto não se aplica só à supervisão portuguesa, é que os bancos, a certa altura, viraram uma espécie de bombos da festa. Os políticos não cometeram erros nenhuns, não foram incompetentes... Começou a ser fácil politicamente – e profundamente demagógico – atribuir aos bancos a responsabilidade de uma grande parte dos problemas que se estão a passar, não só nos países ditos periféricos mas já na Europa quase toda.

A supervisão também faz dos bancos o bombo da festa?

Ainda não estou a falar de supervisão, estou a falar dos políticos. Os políticos começaram a dizer que o problema eram os bancos, o que é uma maneira fácil de desculparem as suas próprias incompetências. E o que aconteceu e está a acontecer, na minha opinião – e isto também é um aspeto muito importante –, é que a consequência disso é um exagero nas exigências que se começaram a pedir aos bancos, que estão a ter um reflexo gravíssimo: é o não afluir de liquidez à economia real, porque as exigências e os exageros nos capitais começaram a ser de tal ordem que não o permitem. Tudo isto é fruto de uma certa visão demagógica de querer culpar os bancos. Estes não se eximem às suas responsabilidades, e com certeza que fizeram coisas erradas, mas queremos culpar os bancos de todos os males...

(Interrompendo) Os bancos não estão mais conservadores?
 Vou dar-lhe um exemplo prático e atual. O Banco Central Europeu começou a ter uma política monetária, agora, com este novo governador, mais aberta, e começou a financiar

os bancos a prazos mais longos e com critérios mais amplos, para que exatamente no momento em que os países estão a tomar medidas de grande austeridade não se faça coincidir com as consequências dessas duras medidas de austeridade o que a gente chama um *credit crunch*, os bancos não emprestem dinheiro à economia numa altura em que as empresas estão em maiores dificuldades. É fundamental que aflua liquidez às empresas e aos particulares num momento destes! E o que é que se está a verificar? É que o BCE, por um lado, abriu os seus critérios para injetar liquidez na banca e essa liquidez está a ser totalmente devolvida ao Banco Central Europeu. Os depósitos no BCE da banca europeia estão a bater os recordes, já passaram os 400 biliões [mil milhões] de euros. E porquê? Porque os bancos, por causa de todas estas medidas, estas exigências, estes exageros nos capitais, não conseguem emprestar à economia numa altura em que ela precisa mais do que nunca.

Como avalia a prestação do Banco de Portugal e do seu governador?

Tenho uma grande consideração pessoal pelo senhor governador do Banco de Portugal. É um banqueiro de grande categoria e sobretudo, também, um homem independente, o que é muito importante para essa posição. Entrou no Banco de Portugal numa altura extremamente

difícil. Agora, acho que comunga, na minha opinião, do mesmo problema que os outros bancos centrais e os reguladores em geral: como reação à situação que se passou, exageraram nas medidas com medo de que se repetam as situações. E isso também era um aspeto que eu queria focar: passaram-se as situações que se passaram não porque os bancos tinham de ter aquele capital todo, mas porque a supervisão não funcionou. Se alguém me disser a mim que o problema que se passou no BPN, em que Portugal perdeu – e os contribuintes portugueses – biliões e biliões [vários mil milhões] de euros, ou no BPP, se me vierem dizer que foi por insuficiência de capital eu fico aqui dez minutos a rir, se me permitirem!

Mario Draghi
 Sucedeu a Jean-Claude Trichet à frente do Banco Central Europeu. Era governador do Banco de Itália quando foi nomeado. O mandato é válido até 31 de outubro de 2013.